Demonstrações Financeiras

Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Varejo – FII (Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Em 31 de dezembro de 2019 Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Varejo – FII (Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários Ltda.)

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Varejo – FII (Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Varejo – FII ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Varejo – FII em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

1. Reconhecimento de receita sobre contratos de locação

Consideramos o reconhecimento das receitas sobre contratos de locação (receitas de aluguéis) como significativo para as demonstrações financeiras do Fundo, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos bem como pela especificidade de cada contrato de locação firmado, em especial no que se refere a descontos concedidos ou incondicionais, abatimentos e prazos de carência para o início dos fluxos de pagamento. Adicionalmente, a linearidade aplicada pela Administradora do Fundo para o reconhecimento da receita, tem por objetivo a redução de volatilidade e sazonalidade das receitas de aluguel, de forma que o reconhecimento dos valores de receita com aluguéis seja realizado ao longo do prazo contratual, independente do prazo de recebimento dos valores formalizados em cada contrato. Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2019 o saldo de contas a receber de aluguéis era de R\$ 6.684 mil, que representava 0,93% do patrimônio líquido e, durante o exercício de 2019, foi reconhecido pelo Fundo, a título de receita de aluguéis, o montante de R\$ 41.815 mil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de distorção relevante relacionada com o reconhecimento da receita sobre contratos de locação incluíram, mas não foram limitados a:

- análise da adequação e aderência das políticas contábeis adotadas pelo Fundo no reconhecimento de receitas, inclusive as relativas a concessão de descontos, carência, incentivos e abatimentos;
- recálculo da receita de aluguéis do exercício para uma amostra de contratos de locação, considerando especificidades contratuais de linearização da receita; e
- acompanhamento da evolução da receita no exercício, analisando variações inconsistentes às nossas expectativas, determinadas com base em nosso conhecimento do Fundo e da indústria.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 6.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita do Fundo derivadas de contratos de locação para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



2. Determinação do valor justo de propriedades para investimento

Consideramos o processo de determinação do valor justo de propriedades para investimento como um principal assunto de auditoria dada a representatividade desses ativos em relação ao patrimônio líquido do Fundo, bem como em função da complexidade envolvida na metodologia de mensuração utilizada, além do alto grau de julgamento na determinação das premissas adotadas para a apuração do valor justo das propriedades para investimento. Conforme divulgado na nota explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2019 o saldo de propriedades para investimento era de R\$ 671.812 mil, que representava 92,98% do patrimônio líquido e, durante o exercício de 2019 foi reconhecido pelo Fundo, a título de ajuste positivo de valor justo das propriedades para investimento, o montante de R\$ 102.096 mil.

Para fins da apuração do valor justo das propriedades para investimento a Administradora do Fundo contrata consultores independentes para a avaliação das propriedades para investimento ao menos uma vez ao ano.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão da metodologia e do modelo utilizado pela Administradora do Fundo e pelos consultores independentes para a mensuração do valor justo das propriedades para investimento, incluindo a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas. Verificamos a exatidão dos dados sobre as propriedades para investimento, fornecidos pela Administradora do Fundo ao consultor independente e utilizados na mensuração. Revisamos as informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e metodologia selecionadas, além de avaliar a objetividade e competência do consultor independente contratado pela Administradora do Fundo. Também, analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do modelo com suas oscilações. Também avaliamos à adequação das divulgações efetuadas pelo Fundo sobre o valor justo da propriedade para investimento na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo da propriedade para investimento, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos que os critérios e premissas de valor justo adotados pela Administradora do Fundo são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



3. Distribuição de rendimentos aos cotistas

A remuneração dos cotistas pelo Fundo é determinada por regulamentação específica a ser observada pela Administradora do Fundo para fins da determinação do valor base e percentual mínimo a ser distribuído aos cotistas, de acordo com o art. 10 da Lei nº 8.668/93, e devem levar em consideração, também, a base de cálculo descrita no Ofício-Circular CVM nº 1/2014. Consideramos a determinação da base de cálculo para a apuração dos valores de rendimentos a serem distribuídos aos cotistas como um principal assunto de auditoria dado que a base de cálculo mencionada anteriormente deve ser ajustada pelas adições e/ou exclusões considerando as obrigações incorridas e a incorrer pelo Fundo, e submetida à apreciação dos cotistas em Assembleia, conforme Ofício-Circular CVM nº 1/2015. Conforme divulgado na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2019, a Administradora do Fundo apurou o montante de R\$ 51.283 mil como a base de cálculo para a determinação de rendimentos a distribuir aos cotistas e o montante de R\$ 48.719 mil a título de resultado mínimo a distribuir aos cotistas, tendo sido pago aos cotistas o montante de R\$ 47.107 mil ao longo do exercício de 2019.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a verificação da exatidão matemática do cálculo de rendimentos a distribuir preparado pela Administradora do Fundo e análise de sua conformidade ao Ofício-Circular CVM nº 1/2014. Confrontamos as principais adições e exclusões incluídas na base de cálculo com as respectivas documentações de suporte providas pela Administradora do Fundo, e analisamos também os controles de gerenciamento de liquidez do Fundo elaborados pela Administradora do Fundo, considerando sua capacidade de honrar com suas obrigações presentes de desembolsos de caixa futuros, e consequentes ajustes na base de cálculo de rendimentos a distribuir aos cotistas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, consideramos aceitáveis os critérios utilizados pela Administradora do Fundo para os cálculos de distribuição de rendimentos ao cotista do Fundo derivadas da base de cálculo descrita no Ofício Circular CVM nº 1/2014 para suportar a base de cálculo e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários, e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A responsável pela governança do Fundo é a Administradora do Fundo, aquela com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que

poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Gilberto Bizerra De Souza Contador CRC-RJ076328/O-2

(Administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.)

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>% PL</u>	<u>2018</u>	<u>% PL</u>
Circulante		35.052	4,85%	103.121	23,85%
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.094	3,89%	59.268	13,71%
Ativos Financeiros Imobiliários			-,		-,-
Aplicações Financeiras	5	_	0,00%	40.045	9,26%
Depósito em poupança em consignação	4	-	0,00%	_	0,00%
Contas a Receber de Aluguéis	6	6.684	0,93%	3.046	0,70%
Imposto de renda na fonte a compensar		208	0,03%	135	0,03%
Outros Valores a Receber		66	0,01%	627	0,15%
Não Circulante		716.499	99,17%	332.768	76,96%
Ativos Financeiros Imobiliários		10.200	1,41%	-	0,00%
Contas a Receber de Aluguéis	6	10.200	1,41%	-	0,00%
Investimento		706.299	97,75%	332.768	76,96%
Participações societárias		34.487	4,77%	23.532	5,44%
Quotas de fundos de investimento	7	34.487	4,77%	23.532	5,44%
Propriedades para Investimento		671.812	92,98%	309.236	71,52%
Imóveis Acabados	8.a	668.379	92,51%	287.652	66,52%
Imóveis em Construção	8.b	3.433	0,48%	21.584	4,99%
Total do Ativo		751.551	104,02%	435.889	100,81%
Passivo	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>% PL</u>	<u>2018</u>	<u>% PL</u>
Circulante		17.929	2,48%	3.482	0,81%
Taxa de Administração	13	256	0,04%	89	0,02%
Obrigações Fiscais e Previdenciárias a pagar		700	0,10%	4	0,00%
Distribuições de resultados a pagar	11	8.074	1,12%	2.836	0,66%
Demais Valores a Pagar		405	0,06%	553	0,13%
Obrigações por aquisição de imóveis	9	7.894	1,09%	-	0,00%
Receita res sperata a apropriar		600	0,08%	-	0,00%
Não Circulante		11.100	1,54%		
Receita res sperata a apropriar		11.100	1,54%	-	0,00%
Total passivo		29.029	4,02%	3.482	0,81%
Patrimônio Líquido	10	722.522	100,00%	431.768	99,85%
Cotas Integralizadas	10.a	568.047	78,62%	388.002	89,73%
Lucros acumulados		154.475	21,38%	43.766	10,12%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		751.551	104,02%	435,250	100,66%

(Administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.)

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por cotas)

	Nota	2018	2018
Propriedades para Investimento			
Receitas de Aluguéis	6	41.815	30.219
Ajuste a Valor Justo	8.c	102.096	(3.466)
Receita com vendas de propriedades para investimento	12	20.200	-
Custos de propriedades para investimentos vendidas	12	(11.960)	-
Outras despesas com propriedades para investimentos		(1.899)	-
Resultado Líquido de Propriedades para Investimento		150.252	26.753
Ativos Financeiros de Natureza Imobiliária			
Rendimentos de Letras de Crédito Imobiliário	5	1.072	5.665
Resultado Líquido de Ativos Financeiros de Natureza Imobiliária	Į.	1.072	5.665
Resultado Líquido de Atividades Imobiliárias		151.324	32.418
Outros Ativos Financeiros			
Receita Financeira Líquida	4	13.014	5.482
Ganho de capital por vendas de quotas de FII		3.475	-
Outras Receitas/Despesas			
Taxa de administração	13	(1.587)	(1.293)
Demais Despesas administrativas	14	(118)	(148)
Despesas com Serviços de Terceiros	15	(2.166)	(909)
Despesas Tributárias	16	(1.527)	(85)
Lucro Líquido do Exercício		162.415	35.465
Quantidade de cotas em circulação		5.721.310	405.000
Lucro Líquido por cota - R\$	=	28,39	87,57

(Administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.)

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	Cotas Integralizadas	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		388.002	43.766	431.768
Lucro Líquido do exercício			35.465	35.465
Distribuição de resultado no exercício	11		(34.826)	(34.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		388.002	44.405	432.407
Costas integralizadas		185.315		185.315
Gastos com emissão de cotas		(5.270)		(5.270)
Lucro Líquido do exercício			162.415	162.415
Distribuição de resultado no exercício	11		(52.345)	(52.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		568.047	154.475	722.522

(Administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.)

CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período - Método Direto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimento de Aluguéis		39.377	29.836
Recebimento de Receitas Financeiras Líquidas		8.787	7.473
Recebimento líquido de resultados com ativos imobiliários		1.072	_
Recebimento de liquido por venda de propriedade para			
investimento		8.283	-
Pagamento de outras despesas das propriedades para investimento		(1.899)	-
Pagamento de Tributos		(832)	(94)
Pagamento de Taxa de Administração		(1.420)	(1.351)
Pagamento com Serviços de Terceiros		(1.966)	(899)
Pagamentos de outras contas		(118)	(149)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		51.284	34.816
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Propriedades para Investimento	8	(264.566)	(31.375)
Pagamento de aquisição de cotas de Fundos de Investimentos		(3.110)	(20.000)
Recebimento de custo de propriedade para investimento vendida		11.917	-
Resgate de letras de Crédito Imobiliário		40.045	108.219
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(215.714)	56.844
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimento de cotas integralizadas		185.315	-
Pagamento de gastos com emissão de cotas		(5.270)	-
Recebimento de res sperata a apropriar		300	-
Pagamentos de valores a apropriar		4	-
Recebimentos (pagamentos) de outros valores		87	6
Imposto de renda na fonte sobre rendimento de aplicação financeira		(73)	(133)
Pagamento de Rendimentos para os Cotistas	11	(47.107)	(35.409)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		133.256	(35.536)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(31.174)	56.124
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	4	59.268	3.144
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Exercício	4	28.094	59.268

1. Contexto operacional

O Fundo de Investimento Imobiliário Rio Renda Varejo ("Fundo") foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 17 de maio de 2012 e iniciou suas operações em 12 de novembro de 2012, com prazo indeterminado de duração. É regulamentado pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993 e pelas Instruções da CVM nº 472/2008, 516/11 e 517/11.

O Fundo tem por objeto a realização de investimentos imobiliários de longo prazo, por meio das seguintes modalidades de investimentos: (a) aquisição e posterior locação a terceiros ou arrendamento de imóveis de natureza comercial, performados, notadamente imóveis comerciais destinados a varejo, vagas de garagens relacionadas aos imóveis de propriedade do Fundo e direitos sobre empreendimentos imobiliários destinados à atividade comercial, podendo também adquirir imóveis corporativos destinados a exploração comercial relacionada às operações de imóveis de varejo; (b) aquisição e eventual edificação e/ou adaptação de imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis para (i) locação a terceiros mediante a celebração de contratos de locação e (ii) alienação, conforme regras definidas no regulamento do Fundo; e/ou (c) aquisição de contas de outros fundos de investimento imobiliários, inclusive cotas de fundos de investimentos imobiliários administradora e/ou suas afiliadas.

A parcela do patrimônio do fundo não aplicada nos ativos imobiliários poderá ser poderá ser aplicada em ativos de renda fixa, certificados de depósitos bancários e letras de crédito imobiliários (LCI) com compromisso de recompra por parte do emissor e cotas de fundo de investimento de renda fixa com liquidez diária e em conjunto com os ativos imobiliários.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos Imobiliários regulamentados pelas Instruções nº 516/11 e 517/11 da Comissão de Valores mobiliários (CVM), incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, desde que não conflitantes com as disposições contidas nas instruções específicas dos Fundos de Investimento Imobiliário.

(a) Autorização de emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tiveram sua emissão e publicação autorizadas em 23 de março de 2020 no site da CVM e instituição administradora, bem como posteriormente serão deliberadas em Assembleia Geral de Cotistas, de acordo com a legislação em vigor.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros de natureza imobiliária e não imobiliária, bem como as propriedades para investimentos que estão mensurados pelo valor justo conforme requerido pela instrução CVM 516/11.

(c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do Fundo de acordo com as normas contábeis vigentes aplicáveis aos Fundos de Investimento Imobiliários exige que a Administradora faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do fundo estão incluídas na nota explicativa nº 9 - Propriedades para investimento (valorização das propriedades para investimento).

3. Resumo das principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Fundo na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Ativos financeiros imobiliários

i. Títulos de renda fixa - LCI

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são lastreados por crédito imobiliário garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária do imóvel.

ii. De aluquéis

Estão registradas pelo valor a vencer correspondente ao período de uso pelo locatário conforme contratos de locação dos respectivos imóveis, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

c. Propriedades para investimento

i. Imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo

proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

ii. Imóveis em construção

Registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção até a sua conclusão e inclui todos os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Fundo inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administradora;

Quando o imóvel é concluído é transferido para propriedade para investimento e avaliado ao seu valor justo.

iii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Fundo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

d. Avaliação do valor recuperável de ativos - Impairment

A administradora revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excedente o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A provisão para perdas com devedores de aluguéis é constituída obedecendo a um prazo de pelo menos 180 dias de atraso dos referidos créditos.

e. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Fundo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Fundo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f. Receita de aluguéis e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As receitas provenientes de locação dos imóveis destinados à renda são reconhecidas considerando critérios de perda esperada e em base linear pelo prazo de vigência do contrato de locação firmado entre as partes, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos aos clientes.

A provisão é constituída para os saldos em aberto de clientes com alguma parcela de aluguel vencida com mais de 180 dias.

g. Reconhecimento de receitas e despesas em resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos.

h. Lucro (Prejuízo) por cota

O lucro (Prejuízo) por cota no exercício é calculado por meio da divisão do lucro, ponderando-se o número de cotas em circulação mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

2019	2018
13	9
28.081	59.259
28.094	59.268
	28.081

- (a) O montante de R\$ 13 em 2019 (R\$ 9 em 2018) está representado por depósitos à vista em instituições financeiras de primeira linha.
- (b) Aplicações financeiras de natureza não imobiliária em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão representadas por:

Descrição	2019	2018
Itaú Soberano Referenciado II	27.986	59.259
Rio Bravo Líq. Referenciado	95	-
Total	28.081	59.259

Refere-se a cotas de fundo de investimento do Itaú Unibanco S.A. (Gestor e Administrador), e cotas do Rio Bravo Liquidez DI Fi Referenciado no Banco Bradesco S/A, não possuindo vencimento e podendo ser regatadas no curto prazo. Os ativos que compõe a carteira desse fundo estão substancialmente representados por cotas de fundo de investimento que aplicam em títulos públicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido a título de receita de aplicação financeira o montante de R\$ 13.014 (R\$ 5.482 em 2018).

5. Aplicações financeiras

Classificados como ativos para negociação e contabilizados pelo valor justo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultados.

As aplicações financeiras de natureza imobiliária em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão representadas por:

Descrição	Emissor	Indexador	Vencimento	2019	2018
LCI - 18C00822713	CETIP	CDI	27/03/2019	-	3.502
LCI - 18100151146	CETIP	CDI	18/09/2019	-	36.543
Total				-	40.045

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido a título de receita de aplicação financeira – LCI o montante de R\$ 1.072 (R\$ 5.665 em 2018).

6. Contas a receber de alugueis

Os aluguéis a receber do fundo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão representados por:

Descrição	2019	2018
Aluguéis a Receber - Agências	4.145	2.773
Aluguéis a Receber - Em atraso	1.339	273
Res sperata a receber (*)	11.400	-
Total	16.884	3.046
Curto Prazo	6.684	3.046
Longo Prazo	10.200	-

^(*) Res Sperata referente a Instrumento Particular de Cessão de Ponto Comercial firmado e datado de 07 de julho de 2019, no valor de R\$ 12.000, sendo 120 parcelas mensais de R\$ 100 (cada), vencendo a primeira em julho de 2019.

O Fundo é proprietário de diversos imóveis locados localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais, e como receita de aluguéis no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido o montante de R\$ 41.815 (R\$ 30.219 em 2018).

Tendo em vista que mais de 75% da receita de alugueis são provenientes de contratos atípicos com empresas de saúde financeira sólida, como CEF e GPA, o fundo não espera impactos relevantes na realização dos créditos.

7. Cotas de Fundos de Investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários podem ser assim demonstradas:

Desc	rição	Quantidade de Cotas	2019	2018
FII SE	OI Logística	127.569	19.135	23.532
FII Ri	o Bravo Renda Corporativa	25.594	6.911	-
FII Re	enda Educacional	45.659	8.441	-
Total			34.487	23.532
8. Pr	opriedades para investimen	to		
a. Re	elação dos imóveis – acabad	os:		
Item	Descrição		2019	2018
1	Imóvel: Agência 0194 - São Endereço: Rua Dr. Nilo Peça Gonçalo Cidade: Rio de Janeiro Metragem: Área construída:	anha, nº 125 - São	7.255	4.600
2	Imóvel: Agência 0185 - Nova Endereço: Av. Marechal Flo Iguaçu Cidade: Rio de Janeiro Metragem: Área construída:	riano, nº 2.370 - Nova	18.159	12.550
3	Imóvel: Agência 0573 - Lem Endereço: Rua Antônio Viei de Janeiro Cidade: Rio de Janeiro Metragem: Área construída:	ra, nº 24 - Loja A - Rio	14.431	10.550
4	Imóvel: Agência 0637 - Cara Endereço: Av. Rui Barbosa, Carapicuíba Cidade: São Paulo Metragem: Área construída:	nº 281 (calçadão) -	-	6.900
5	Imóvel: Agência 4040 - Quita Endereço: Av. dos Automist Cidade: São Paulo Metragem: Área construída:	as, nº 5.386 - Osasco	7.249	5.650
6	Imóvel: Agência 0588 - Ipan	ema	16.876	12.450

Endereço: Rua Visconde de Pirajá, nº 127 (loja) -

	Ed. Joatinga - Rio de Janeiro Cidade: Rio de Janeiro Metragem: Área construída: 510,00 m²		
7	Imóvel: Agência 0231 - 14 Bis Endereço: Av Marechal Câmara, nº160-Lojas A, B e C e sobrelojas 211 a 224 - Rio de Janeiro Cidade: Rio de Janeiro Metragem: Área construída: 1.900,31 m²	22.673	19.200
8	Imóvel: Agência 4148 - Recreio dos Bandeirantes Endereço: Av. das Américas, nº 15.545 - Rio de Janeiro Cidade: Rio de Janeiro Metragem: Área construída: 919,00 m²	12.288	9.400
9	Imóvel: Agência 0202- Bandeira Endereço: Rua Mariz e Barros, nº 79 (loja) - Rio de Janeiro Cidade: Rio de Janeiro Metragem: Área construída: 1.339,00 m²; Área do terreno: 935,40 m²	8.944	5.350
10	Imóvel: Agência 1608 - Benedito Coutinho Endereço: Rua Antônio Benedito Coutinho, nº 149 - Osasco Cidade: São Paulo Metragem: Área construída: 1.206,10 m²	-	4.800
11	Imóvel: Agência 4071 - Capão Redondo Endereço: Estrada de Itaperica, nº 3.429 - São Paulo Cidade: São Paulo Metragem: Área construída: 1.448,48 m²	8.669	6.400
12	Imóvel: Agência 0657 - Jardim da Saúde Endereço: Av. do Cursino, nº 1.348 - São Paulo Cidade: São Paulo Metragem: Área construída: 1.833,14 m²	10.527	6.500
13	Imóvel: Agência 0253 - Senador Queirós Endereço: Av. Senador Queiroz, nº 85 a 111 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.446,96 m²	11.329	8.200
14	Imóvel: Agência 0085 - Inconfidência Endereço: Rua Curitiba, nº 888 Cidade: Belo Horizonte - MG	13.344	9.850

	Metragem: Área construída: 2.373,17 m²		
15	Imóvel: Agência 0221 - Meier Endereço: Rua Dias da Cruz, nº 28 - A (loja) Cidade: Rio de Janeiro - RJ Metragem: Área construída: 1.483,53 m²	9.742	8.050
16	Imóvel: Agência 1624 - Av. Chile Endereço: Av. República do Chile, nº 230, loja nº 101 e 201 Cidade: Rio de Janeiro - RJ Metragem: Área construída: 1.139,67 m²	12.734	9.400
17	Imóvel: Via Anchieta Endereço: Via Anchieta, nº 1.558 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.785,00 m²	5.872	4.250
18	Imóvel: Agência 1654 - Planalto Paulista Endereço: Av. Indianópolis, nº 2.125 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.299,00 m²	7.507	5.200
19	Imóvel: Agência 0267 - Santa Cecília Endereço: Rua das Palmeiras, nº 233 - loja Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.205,86 m²	9.630	5.800
20	Imóvel: Agência 1231 - Barra Funda Endereço: Av. Rio Branco, nº 1.675 - Loja Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.293,02 m²	6.960	5.700
21	Imóvel: Agência 1598 - Guarapiranga Endereço: Av. de Pinedo, nº 228 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.312,18 m²	8.166	5.850
22	Imóvel: Agência 0976 - Itaquaquecetuba Endereço: Rua Sebastião Ferreira dos Santos, nº 93 Cidade: Itaquaquecetuba - SP Metragem: Área construída: 2.342,10 m²	6.919	6.400
23	Imóvel: Agência 4049 - Pirituba Endereço: Rua Guerino Giovani Leardini, nº 63/64 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.368,00 m²	7.496	4.800

24	Imóvel: Agência 1368 - Imirim Endereço: Av. Imirim, nº 1271 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 1.384,34²	7.434	4.800
25	Imóvel: Agência 4031 - Guaianases Endereço: Rua Salvador Gianetti, nº 436 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 2.475,10²	6.933	6.250
26	Imóvel: Agência 1022 - Venda Nova Endereço: Rua Padre Pedro Pinto, nº 1580 Cidade: Belo Horizonte - MG Metragem: Área construída: 2.585,45 ²	14.517	11.250
27	Imóvel: Agência - Faria Lima Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1644 Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área construída: 318,06 m²	9.197	6.550
28	Imóvel: Ag Av. Pres. Wilson Endereço: Av. Rio Branco, 311-B Cidade: Rio de Janeiro/RJ Metragem: Área Construída: 713,62 m²	15.388	4.800
29	Imóvel: Agência Vila Mascote Endereço: Av. Santa Catarina, s/n Cidade: São Paulo - SP Metragem: Área Construída do Projeto: 753,36 m²	6.324	3.550
30	Imóvel: Agência Parque Maria Helena Endereço: Rua Coronel Souza Franco, 115 Cidade: Suzano - SP Metragem: Área Construída do Projeto: 581,00 m²	4.472	11.700
31	Imóvel: Agência Osasco Endereço: Av. das Esmeraldas, 512 e R. Rubi, 371 Cidade: Osasco/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 804,00 m²	4.511	3.900
32	Imóvel: Agência Cipó - Guaçu Endereço: R. Sesefredo Klein Doll, 12 Cidade: Embu-Guaçu/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 551,00 m²	2.655	10.600
33	Imóvel: Agência Paes Leme Endereço: R. Paes Leme, 250 e 258	12.847	4.650

	Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 903,60 m²		
34	Imóvel: Agência Rua dos Italianos Endereço: R. dos Italianos, 609 621 623 Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 520,50 m²	5.645	2.700
35	Imóvel: Agência Jundiapeba Endereço: Alameda Santo Ângelo, 118 Cidade: Mogi das Cruzes - SP Metragem: Área Construída do Projeto: 593,44 m²	3.671	3.250
36	Imóvel: Agência Av. Industrial Endereço: Av. Com. Alex. Garcia, 1285 1389 Cidade: Uberlândia/MG Metragem: Área Construída do Projeto: 552,00 m²	3.209	2.650
37	Imóvel: Agência Av. Rio Claro Endereço: Av. 1, 500 Cidade: Rio Claro/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 542,70 m²	4.647	3.150
38	Imóvel: Agência Ferraz de Vasconcelos Endereço: Rua Santos Dumont, 603 Cidade: Poa/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 972,00 m²	5.286	3.750
39	Imóvel: Agência Itaquera Endereço: Av. Mateo Bei, 415 Cidade: Itaquera/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 912,00 m²	4.127	3.350
40	Imóvel: Agência São Miguel Paulista Endereço: Estrada do Imperador, sem nº Cidade: São Miguel Paulista/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 1.024,80 m²	5.602	4.100
41	Imóvel: Agência Jaguará Endereço: Estrada de Taipas, nº 01 Cidade: Jardim São João, Distrito de Jaguará/SP	6.694	6.000
42	Imóvel: Agência Caixa São Mateus Endereço: Av. Maria Luiza Americano, nº 1688 e 1968 Cidade: Jardim São João, Distrito de Jaguará/SP	5.499	4.050

43	Imóvel: Agência Bonsucesso Endereço: Av. Carmela Thomeu, nº 557 Cidade: Guarulhos/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 935 m²	4.089	2.550
44	Imóvel: Agência Estrada do Rio A Endereço: Av. 1.500 Cidade: Rio Claro/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 542,70 m²	6.778	6.202
45	Imóvel: Agência Leblon Endereço: Afrânio de Melo Franco, 131 Cidade: Rio de Janeiro/RJ Metragem: Área Construída 917,44m2	30.133	-
46	Imóvel: Agência Pátio do Colégio Endereço: Lago Pátio do Colégio I Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 676,00 m²	9.243	-
47	Imóvel: Agência Pedro Vicente Endereço: Rua Pedro Vicente, 222 Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 814,20 m²	7.082	-
48	Imóvel: Ed. Milan Endereço: Av. Paulista, 1227 e Rua Pamplona, 689, 697 e 715 Cidade: São Paulo/SP Metragem: Loja 01 67,63m2, Loja 02 69,43m2 e Loja 03 69,38m2	133.313	-
49	Imóvel: Av. Haddock Endereço: Av. Haddock Lobo, 1573 - Jardins Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída 1.365m2	25.657	-
50	Imóvel: Shopping Iguatemi Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2232 (75 cotas) Cidade: Jardim América/SP Metragem: Fração ideal de 75/60.000 cotas do imóvel metragem total de 1.238.778.962 m2	4.656	-
51	Imóvel: GPA Campinas Endereço: Av. Barão de Itapurã, 2233 Cidade: Campinas/SP	14.779	-

Metragem: 3.167,	UU	m²
------------------	----	----

52	Imóvel: GPA Brasília Endereço: Quadra EQ 406/407 Sul Cidade: Brasília/DF Metragem: 2.601,00 m ²	11.115	-
53	Imóvel: GPA Guarujá Endereço: Estrada Pernambuco, 500 Cidade: Guarujá/SP Metragem: 2.780,00 m²	12.992	-
54	Imóvel: GPA Recife Endereço: Rua Desembargador Goes Cavalcanti, 261 Cidade: Recife/PE Metragem: 4.583,00 m²	17.568	-
55	Imóvel: GPA São Bernardo Endereço: Rua Santa Filomena, 677, 687 e 697 Cidade: São Bernardo do Campo/SP Metragem: 2.365,00 m²	11.037	-
56	Imóvel: GPA São Paulo Endereço: Av. Padre José dos Santos, 872 Cidade: São Paulo/SP Metragem: 3.793,00 m²	24.509	-
		668.379	287.652

Os imóveis são contabilizados pelo valor de construção/aquisição e posteriormente avaliados a valor justo.

b. Imóveis em construção:

	Descrição	2019	2018
1	Imóvel: Agência Pedro Vicente Endereço: R. Pedro Vicente, 222 Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 814,20 m²	-	8.377

		3.433	21.584
3	Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 676,00 m²		9.019
2	Imóvel: Agência Pátio do Colégio Endereço: Lg. Páteo do Colégio, 1		9.819
2	Imóvel: Agência Campo Limpo Endereço: Est. do Campo Limpo, 5520 Cidade: São Paulo/SP Metragem: Área Construída do Projeto: 604,00 m²	3.433	3.388

Registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção até a sua conclusão.

c. Movimentação:

		2019	
Descrição	Imóveis Acabados	Imóveis em Construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	287.652	21.584	309.236
Aquisições	271.880	300	272.180
Baixas	(11.700)	-	(11.700)
Ajuste a Valor Justo	102.096	-	102.096
Transferência para Imóveis Concluídos	18.451	(18.451)	(18.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668.379	3.433	671.812

		2018	
Descrição	Imóveis Acabados	Imóveis em Construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	254.350	26.943	281.293
Aquisições	30.566	843	31.409
Ajuste a Valor Justo	(3.466)	-	(3.466)
Transferência para Imóveis Concluídos	6.202	(6.202)	(6.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	287.652	21.584	309.236

d. Método de determinação do valor justo

A Cushman & Wakefield (Colliers International do Brasil em Novembro de 2018), empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avaliou para marcação a valor de mercado os imóveis de propriedade do Fundo na data base Novembro de 2019.

Os valores justos são baseados em valores de mercado, e refletem o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa descontado estimados dos aluguéis das propriedades para investimento. A taxa de desconto que reflita determinados riscos inerentes é então aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

9. Obrigações por Aquisição de Imóveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Fundo fez aquisição de imóveis para locação, sendo eles a Loja 01, sob nº 1227, Av. Paulista, Ed. Milan, área útil 851,24 m2, e terreno 5,756986%, Matrícula 77.409; Loja 02, sob nº 689, Av. Paulista, Ed. Milan, área útil 1.034,45 m2, e terreno 7,182433%, Matrícula 77.410; Loja 03, sob nº 697 a 715, Av. Paulista, Ed. Milan, área útil 665,20 m2, e terreno 4,61439834%, Matrícula 77.411; Escritura Pública de Compra e Venda celebrada entre Luan Administração de Bens Ltda, Milan Empreendimentos e Participações Ltda e o Fundo, datada de 17/07/2019, 14º Tabelião de Notas de São Paulo.

Também adquiriu o imóvel localizado na Rua Haddock Lobo, ° 1573, Jardins, São Paulo/SP, terreno com área total de 434,30m2, e prédio com área construída de 1.365,37m2, matrícula nº 56.015, do 13º Cartório do Registro de Imóveis da Capital, através do Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda celebrado entre Osher & Osher Administração de Imóveis Ltda (vendedor) e o Fundo, datado de 30/08/2019.

E por fim a aquisição de imóveis nas cidades de Campinas/SP, Brasília/DF, Guarujá/SP, Recife/PE, São Bernardo do Campo/SP e São Paulo/SP (Capital).

O saldo a pagar referente as obrigações por aquisição de imóveis pode ser assim demonstrado:

Descrição	2019	2018
Imóveis da Avenida Paulista - SP	94	-
Imóveis na Rua Haddock Lobo - SP	3.200	-
Imóveis nos estados de SP, PE e Brasília	4.600	-
Total	7.894	-

10. Patrimônio líquido

O Fundo encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2019 representado pelo Patrimônio Líquido de R\$ 722.522 (R\$ 432.407 em 2018), sendo composto por:

e. Cotas integralizadas

O patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2019 está representado por 5.721.310 cotas, ao valor nominal de R\$100, (405.000 cotas, ao valor nominal de R\$1.000 em 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado por 100% dos cotistas em Assembleia Geral Ordinária de Cotistas datada de 30 de abril de 2019, o desdobramento das cotas do Fundo na proporção de 1:10, a partir de 03 de julho de 2019, de forma que cada 1 (uma) cota do Fundo passará a corresponder a 10 (dez) cotas, com a consequente alteração do valor base de cada cota, na mesma proporção, permanecendo inalterado o valor do somatório das referidas cotas.

No exercício de 2019 também foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas datada de 15 de agosto de 2019, a 2ª emissão de cotas do Fundo, no valor de R\$ 185.315, na quantia de 1.671.310 (cotas).

f. Séries de cotas do Fundo

Segue abaixo as séries de cotas emitidas pelo fundo:

Descrição	Quantidade de Cotas Subscritas	Valor nominal (R\$) (a)	Quantidade de Cotas integralizadas	Total (R\$ mil)
1ª emissão	4.050.000	1.000	4.050.000	405.000
2ª emissão	1.671.310	100	1.671.310	185.315
	5.721.310		5.721.310	590.315

g. Gastos com colocação de cotas

Estão registrados como redução do patrimônio líquido os gastos incorridos diretamente na emissão de 5.721.310 cotas (405.000 em 2018) no montante de R\$ 22.268 (R\$ 16.998 em 2018), abaixo descritos:

- gastos com elaboração de prospectos e relatórios;
- ii. remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, contadores, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores etc.);
- iii. gastos com publicidade (inclusive os incorridos nos processos de road-shows);
- iv. taxas e comissões;
- v. custos de transferência;
- vi. custos de registro na CVM, entre outros.

Ressaltamos que não incluem ágios ou deságios na emissão das cotas, despesas financeiras, custos internos administrativos ou custos de carregamento.

h. Emissão, resgate e amortização de Cotas

Em 31 de dezembro de 2019 o capital subscrito é de R\$ 590.315 (R\$ 405.000 em 2018), equivalentes a 5.721.310 cotas (405.000 em 2018) totalmente integralizadas.

O Fundo somente poderá realizar novas emissões de Cotas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, que definirá os termos e condições de tais emissões, incluindo, sem limitação, a modalidade e o regime da oferta pública de tais novas Cotas.

Exceto se de outra forma aprovado em Assembleia Geral de Cotistas, será outorgado aos Cotistas o direito de preferência na subscrição de novas cotas.

Sempre que houver desinvestimentos nos ativos integrantes do patrimônio do Fundo, nos termos e prazos legais, os recursos serão preferencialmente reinvestidos em Ativos Imobiliários. Caso a instituição Administradora não identifique novos ativos imobiliários e condicionada a aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, os recursos serão destinados à amortização de cotas proporcionalmente ao montante que o valor de cada cota representa relativamente ao Patrimônio Líquido.

11. Política de Distribuição de Resultados

O Fundo, de acordo com seu regulamento e a Lei nº 9.779/99, deverá distribuir a seus cotistas, no mínimo 95% dos lucros auferidos de acordo com o regime de caixa, com base em balanço encerrado semestralmente em 30 de junho e em 31 de dezembro.

O regulamento do Fundo prevê a distribuição dos rendimentos aos Cotistas, mensalmente, até o 15º dia do mês ou, no caso deste não ser em dia útil, o dia útil imediatamente anterior, subsequente ao recebimento dos recursos pelo Fundo.

A Administradora do Fundo é a responsável pelos cálculos dos rendimentos a distribuir aos cotistas.

Base de cálculo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a distribuição de resultados aos cotistas pode ser assim demonstrada:

	2019	2018
Base de cálculo - Resultado Financeiro Líquido	51.283	34.816
Resultado mínimo a distribuir (95%)	48.719	33.074
	2019	2018
Saldo a distribuir do exercício anterior	2.836	3.419
Rendimentos propostos no exercício	52.345	34.826
Pagamento de resultados e amortização de cotas	(47.107)	(35.409)
Distribuições de resultados a pagar	8.074	2.836
Percentual de rendimento proposto sobre a base de calculo	102,07%	100,03%
	•	•

O resultado financeiro líquido do Fundo, base para distribuição de rendimentos aos cotistas, de acordo com o estabelecido no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/SNC/Nº 01/2014.

12. Receita de venda de propriedades para investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o fundo efetuou a venda de diversas propriedades para investimento cujo resultado está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Receita com venda imóvel Ag. Benedito Coutinho	8.000	-
Receita com venda imóvel - Ag. Carapicuiba	12.200	
	20.200	-
Custos de propriedades para investimentos vendidas		
Custo de venda imóvel — Ag. Benedito Coutinho	(4.897)	-
Custo de venda imóvel - Ag. Carapicuiba	(7.063)	_
	(11.960)	

13. Taxa de Administração

De acordo com o artigo 11.1 do seu Regulamento, o Fundo pagará pelos serviços de administração, uma remuneração correspondente a 0,351% (trezentos e cinquenta e um milésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido, provisionada e paga mensalmente na proporção de 1/12 (um doze avos), observada, ainda, a remuneração mínima de R\$ 30 (mensais), atualizada positivamente e anualmente de acordo com a variação do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, sendo que a referida remuneração será paga pelo Fundo diretamente à instituição Administradora.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a taxa de administração totalizou R\$ 1.587 (R\$ 1.293 em 2018) e representou 0,31% (0,42% em 2018) do patrimônio líquido médio, o saldo a pagar para a Administração em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 256 (R\$ 89 em 2018).

14. Demais despesas Administrativas

	2019	2018
Descrição		
Condução e Transporte	(2)	(5)
Correios	(51)	(66)
Despesas Bancárias	(29)	(2)
Despesas Legais e Judiciais	(33)	(64)
Viagens e Hospedagens	(1)	(9)

Serviços de Informações e Consultas	(2)	(2)
Total	(118)	(148)
15. Despesas com Serviços de Terceiros		
Descrição	2019	2018
Honorários Auditoria	(21)	(29)
Honorários pessoas jurídicas	(640)	(389)
Taxa de Fiscalização CVM	(44)	(52)
Taxa de Custódia	(138)	(128)
Taxa Bovespa	(30)	(10)
Taxa CETIP	(25)	(23)
Despesas Prospecção/Consultoria	-	(3)
Taxa de Gestão	-	(207)
Taxa Anbima	(6)	(9)
Taxa de Escrituração	(78)	-
Honorários Advocatícios	(1.184)	(59)
Total	(2.166)	(909)
16. Despesas Tributárias		
Descrição	2019	2018
Impostos e Taxas	(1)	(1)
Imposto de Renda não compensável	(1526)	(84)
Total	(1.527)	(85)

17. Legislação tributária

(a) Fundo

O Fundo, por ser constituído sem personalidade jurídica e sob a forma de condomínio fechado, nos termos dos artigos 1.º e 2.ºda Lei 8668/93, não é contribuinte de impostos tais como PIS, COFINS, CSLL e Imposto de Renda, estando porém obrigado à retenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as receitas financeiras obtidas com as aplicações em renda fixa do saldo de caixa do fundo nos termos do artigo 35º de Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1.585/15, que poderá ser compensado quando do recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre a distribuição de resultados aos cotistas.

Conforme artigo 38º da Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1.585/15, sujeita-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, o fundo de investimento imobiliário que aplicar recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador,

construtor ou sócio, cotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% (vinte e cinco por cento) das cotas do fundo.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, considera-se pessoa ligada ao cotista:

- *i.* pessoa física:
- a) os seus parentes até o 2º (segundo) grau; e
- b) a empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau; e
- *ii.* pessoa jurídica, a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(b) Cotistas

As distribuições de rendimentos aos cotistas estão sujeitas à retenção de 20% a título de Imposto de Renda na Fonte.

(c) Isenção de imposto de renda para pessoas físicas

Estão isentos do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, de acordo com o artigo 40 da Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1585/15, os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário:

- i.Cujas cotas do fundo sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.
- ii.O benefício será concedido somente nos casos em que o fundo de investimento imobiliário possua, no mínimo, 50(cinquenta) cotistas;
- iii.Não será concedido ao cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo fundo de investimento imobiliário ou cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.

Os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 20% (vinte por cento).

18. Alterações no regulamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve alteração no regulamento e as últimas alterações no Regulamento do Fundo ocorreram no período de 29/09/2016 e 18/05/2018, adaptando às disposições da ICVM 571, bem como promover a uniformização do inteiro teor do Regulamento ao novo padrão da Administradora, visando o melhor atendimento à legislação aplicável, indicando que os imóveis, bens e direitos de uso a serem adquiridos pelo Fundo devem ser objeto de prévia avaliação pelo Administrador, pelo gestor ou por terceiro independente, observados os requisitos constantes do Anexo 12 da ICVM 472.

Incluídas no Regulamento situações adicionais de conflito e interesses com o Fundo, bem como a aquisição, pelo Fundo, de valores mobiliários de emissão da Administradora, da gestora, do consultor, conforme aplicável, ou partes a ele relacionadas. Foi excluído o capítulo do Regulamento que tratava da divulgação de

informações periódicas do Fundo, com indicação no regulamento do dispositivo da ICVM 472 onde as referidas informações podem ser consultadas, em linha com a ICVM 571. Excluída do regulamento também a relação dos encargos do Fundo, com indicação do disposto da ICVM 472 onde as referidas informações podem ser consultadas, em linha com a ICVM 571.

Fora, estabelecidos quóruns específicos, de acordo com as matérias e número de cotistas do Fundo, e indicação de procedimentos adicionais a serem observados em Assembleias gerais de Cotistas, incluindo, sem limitação, a reorganização dos prazos de convocação e apresentação de propostas para ordem do dia; adaptadas as disposições acerca dos representados dos cotistas, incluindo, sem limitação, indicação dos requisitos necessários e outros deveres aplicáveis aos representantes eleitos; adaptadas as disposições acerca da taxa de administração; e indicado no Regulamento o endereço eletrônico da administradora onde a versão integral da política de divulgação de fato relevante adotada pela Administradora poderá ser consultada pelos cotistas.

19. Serviços de tesouraria, escrituração e custódia

O serviço de tesouraria do Fundo é prestado pela própria Administradora e o serviço de escrituração/custódia das cotas do Fundo é prestado pelo Itaú Corretora de Valores S.A.

20. Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo representam 1,05% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 (0,56% em 2018).

	2018	2018
Taxa de administração	(1.587)	(1.293)
Despesas Administrativas	(118)	(148)
Despesas com Serviços de Terceiros	(2.166)	(909)
Despesas Tributárias	(1.527)	(85)
Total	(5.398)	(2.435)

21. Rentabilidade do fundo

O patrimônio líquido médio, a quantidade de cotas, o valor patrimonial da cota e a rentabilidade do fundo, são demonstrados como seque:

Patrimônio			Rentabilidade			
Semestres	Líquido Inicial	Patrimônio Líquido Final	Distribuição do Semestre	Patrimonial (1)	Dividend Yield (2)	Rentabilidade (1+2)
1º Sem/2017	438.121	438.489	21.092	0,08%	4,81%	4,90%
2º Sem/2017	438.489	431.768	19.246	-1,53%	4,39%	2,86%
1º Sem/2018	431.768	431.900	17.613	0,03%	4,08%	4,11%

2º Sem/2018	431.900	432.407	17.213	0,12%	3,99%	4,10%
1º Sem/2019	432.407	436.203	23.022	0,88%	5,32%	6,20%
2º Sem/2019	436.203	722.522	29.323	65,64%	6,72%	72,36%

- (1) Obtido pelo percentual do patrimônio líquido final sobre o patrimônio líquido inicial.
- (2) Obtido "Dividend Yield" pelo percentual da distribuição do semestre sobre o patrimônio líquido inicial.
- (3) A rentabilidade foi obtida pela soma dos itens (1) e (2).

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

22. Negociação das cotas

O Fundo tem as suas cotas admitidas à negociação na [B]3 através do código RBVA11, e no exercício foram negociadas aos preços de fechamento no último dia de negociação, conforme demonstrado abaixo:

Data Preço de fechamento		Preço de fechamento
	31/12/2014	960,00
	31/12/2015	980,00
	31/12/2016	1.230,00
	31/12/2017	1.252,12
	31/12/2018	1.199,99
	31/12/2019	169,00 (*)

^(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado por 100% dos cotistas em Assembleia Geral Ordinária de Cotistas datada de 30 de abril de 2019, o desdobramento das cotas do Fundo na proporção de 1:10, a partir de 03 de julho de 2019, de forma que cada 1 (uma) cota do Fundo passará a corresponder a 10 (dez) cotas, com a consequente alteração do valor base de cada cota, na mesma proporção, permanecendo inalterado o valor do somatório das referidas cotas.

23. Fatores de riscos

Riscos relacionados à rentabilidade do investimento

O investimento em cotas de um fundo de investimento imobiliário é uma aplicação em valores mobiliários de renda variável. Os valores a serem distribuídos aos Cotistas dependerão do resultado do Fundo que, por sua vez, dependerá das receitas provenientes das locações dos imóveis do Fundo.

Risco de liquidez

Espera-se que os cotistas estejam conscientes de que o investimento no Fundo possui características peculiares e específicas quanto à liquidez das Cotas, consistindo,

portanto como um investimento de médio a longo prazo. Pode haver, inclusive, alguma oscilação do valor da Cota no curto prazo, que pode acarretar perdas superiores ao capital aplicado, e possível obrigação do Cotista de aportar recursos adicionais para cobrir prejuízos do Fundo.

Riscos tributários

O risco tributário consiste basicamente na possibilidade de perdas decorrentes de eventual alteração da legislação tributária, mediante a criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

Risco de desapropriação

Há possibilidade de que ocorra a desapropriação, parcial ou total, do(s) imóvel(is) que compõe a carteira de investimentos do Fundo, por decisão unilateral do Poder Público, a fim de atender finalidades de utilidade e interesse público. Tal desapropriação pode acarretar a perda da propriedade, podendo impactar a rentabilidade do Fundo. Não existe garantia de que tal indenização paga ao Fundo pelo poder expropriante seja suficiente para o pagamento da rentabilidade pretendida pelo Fundo.

Risco de sinistro

Em caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis do Fundo, os recursos obtidos pelas indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, bem como o atraso no seu pagamento pode impactar no desenvolvimento dos negócios e consequentemente na rentabilidade do Fundo.

Riscos macroeconômicos gerais

É característica das locações sofrerem variações em seus valores em função do comportamento da economia como um todo. Assim, o Fundo está sujeito, direta ou indiretamente, às variações dos mercados de capitais e a conjuntura econômica do Brasil, tais como:

- a) Desaquecimento da economia;
- b) Taxas de juros;
- c) Alteração nas políticas monetária e/ou cambial;
- d) Inflação;
- e) Liquidez dos mercados financeiros;
- f) Riscos tributários; e
- g) Outros acontecimentos políticos e econômicos que venham afetar o mercado imobiliário.

24. Instrumentos Financeiros

O Fundo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas estratégias e necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pelos administradores do Fundo, não sendo realizadas aplicações de caráter especulativo que envolvam instrumentos financeiros derivativos, ou quaisquer outros ativos de risco.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

Adicionalmente, a administradora procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada do Fundo, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Riscos do Fundo:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras e propriedade para investimentos.

(b) Risco de taxa de juros

O Fundo possui aplicações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 05, as quais possuem como referência ("benchmark") o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). Adicionalmente, o Fundo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" / "swap" contra esse risco. Porém, ele monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

(c) Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Fundo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras. O fundo restringe sua exposição a riscos de crédito efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

(d) Risco de liquidez

O fundo é um condomínio fechado, o que pressupõe que os seus cotistas somente poderão resgatar suas Cotas ao seu final, no momento de sua liquidação, considerando que o Fundo tem prazo indeterminado.

25. Análise de Sensibilidade

O Fundo aplica o CPC 40 e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.
- **Nível 3** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Fundo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019		
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 2
Aplicações financeiras em fundos de investimento	28.081	-	-
Contas a Receber de Aluguéis	-	6.684	-
Investimentos em participações	34.487	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-	671.812
Total do ativo	62.568	6.684	671.812
		2018	
Ativos			_
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras em fundos de investimento	99.304	-	-
Contas a Receber de Aluguéis	-	3.046	-
Investimentos em participações	23.532	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-	309.326
Total do ativo	122.836	3.046	309.326

26. Divulgação de informações

A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio do Fundo e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais, trimestrais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação destas informações em seu site.

27. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento a Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviço prestado pela Ernest Young Auditores Independentes S.S. relacionados a este Fundo de investimento por ela administrado que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

28. Outros serviços prestados para o Fundo

O Fundo manteve contrato de prestação de serviços com o escritório JJChaves Contadores Sociedade Simples para os serviços de contabilidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O custo da prestação deste serviço é deduzido da taxa de administradora do Fundo.

29. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administradora do Fundo.

30. Seguros

Os Contratos de locação celebrados entre os locatários e o Fundo, determinam que a locatária é responsável pela contratação da cobertura de seguros para as propriedades do Fundo, de acordo com cláusula contratual estabelecida.

31. Transações com partes relacionadas

Operações de compra/venda de títulos e valores mobiliários da Gestora.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Fundo não realizou operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários da Gestora do Fundo.

32. Eventos subsequentes

Devido os impactos locais e globais em função do impacto do Covid - 19 (Coronavírus), houve variação significativa na cotação dos diversos ativos financeiros negociados em mercados financeiros e bolsas de valores diversos, no Brasil e no exterior. Considerando-se esses aspectos, a cota do Fundo, até 23 de março de 2019 apresentou variação significativa em relação ao valor da cota de 31 de dezembro de 2019. Essa variação significativa pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados, ou mesmo, que seja intensificada.